

José Ricardo Carvalheiro

Introdução

As dinâmicas da globalização e da etnicidade têm, segundo Hall (1991), transformado as nossas vidas com a luta das “margens” pela representação. Hall refere-se particularmente ao contexto pós-colonial britânico, que questionou a identidade nacional quando os “novos sujeitos”, subalternizados nas principais formas de representação cultural, reclamaram meios para falar por si mesmos.¹

Fruto de uma imigração mais tardia e de uma forma de integração que atirou os imigrantes laborais para as margens da sociedade, Portugal está hoje a viver o momento de se confrontar com a sua reconfiguração. Da realidade que até aos anos 90 se manteve quase invisível nos média e nas ciências sociais emergiu a questão gêmea da reconfiguração nacional, que é o confronto dos descendentes com a sua própria condição. Esta questão dupla tem no centro as representações culturais e envolve uma forte dimensão política, remetendo para relações de poder. Remete, nomeadamente, para a distribuição do poder de representar, para as disputas sobre o sentido simbólico das representações e para o acesso a instâncias de representação como os média.

Num texto marcante para o estudo da etnicidade em Portugal, Machado (1994) abordou, há uma década, o potencial de politização étnica entre os “novos luso-africanos”, apontando eventuais formas de acção colectiva. Desde então, as trajectórias demográficas levaram um grande número de jovens à maioridade e as trajectórias sociais têm reproduzido uma condição predominantemente desfavorecida, sem que haja sinais consistentes de um envolvimento político formal colocando a etnicidade no centro da luta por recursos. É neste quadro que julgo útil perceber quais as ressonâncias políticas presentes nos discursos dos descendentes, tendo em conta que os últimos dez anos também se caracterizaram pela emergência de certas representações mediáticas dos jovens de ascendência africana.

Este texto resulta de uma pesquisa que examina o caso dos descendentes de cabo-verdianos, tomando-os como sujeitos que interpretam imagens, textos e rótulos mediáticos que sobre si são difundidos e que são incorporados na sua produção de sentidos, como tem sido notado para os jovens de origem africana em geral (Fradique, 2002; Vala e outros, 2003; Pais, 2004).²

Além das dimensões objectivas, em que se podem medir contrastes face a um padrão nacional (Machado, 2002), existe um vector subjectivo que faz da etnicidade

1 Uma versão preliminar deste texto, sob o título de “Trivialidade mediática e a política dos descendentes de cabo-verdianos em Portugal”, foi apresentada no Congresso Internacional sobre a Migração e Diáspora Cabo-verdiana, de 6 a 8 de Abril de 2005, no ISCTE.

não apenas a existência de diferenças, mas uma relação social baseada no significado que a essas diferenças é atribuído (Eriksen, 2002). A relevância sociológica de tais significados é que eles podem pesar nas interações sociais, condicionando aspectos como os padrões matrimoniais ou o emprego. Esta pesquisa centra-se na hipótese de que também os sentidos extraídos das representações mediáticas podem ser etnicizantes ou o seu contrário. Isto é, podem potenciar, ou não, as diferenças ligadas à origem num sentido social ou politicamente divisor (Milikowski, 2000).

Debruço-me, particularmente, sobre as implicações políticas contidas na interpretação de imagens mediáticas. Não as implicações em termos de participação formal no sistema político, mas no sentido lato da política, perscrutando discursos de contestação, de descodificação de relações de poder ou de predisposição para a acção colectiva. Mais especificamente, analiso os discursos relacionados com os temas (i) da avaliação dos média, enquanto sistema representacional nacional, (ii) das categorizações, incluindo a racialização, (iii) da representatividade e da discriminação.

Elegendo como objecto empírico os discursos de filhos de imigrantes, foram realizadas entrevistas individuais em profundidade a jovens adultos entre os 20 e os 30 anos, nascidos em Portugal ou chegados antes da idade escolar. A entrevista, semiestruturada, baseou-se num guião cujo núcleo central incidiu nos consumos dos média e, sobretudo, na discussão de eventos e objectos mediáticos relacionados com o lugar dos descendentes de cabo-verdianos na sociedade portuguesa.³ A análise de discurso, método utilizado para tratar as entrevistas, não toma a linguagem como fonte transparente de informação, mas sim como constitutiva dos próprios sentidos sociais e, portanto, atravessada por questões de poder e ideologia (Taylor, 2001). Os elementos linguísticos devem, pois, ser articulados com dados sociológicos de modo a compreender o envolvimento da linguagem nos processos sociais (Fairclough, 2001; Pedro, 1997). Neste caso, as entrevistas são abordadas enquanto textos em que se examinam as formas de falar sobre os média, os descendentes de cabo-verdianos, os portugueses e outras categorias sociais, procurando-se identificar padrões discursivos (Edley, 2001).

Esta pesquisa articula, assim, a análise dos discursos suscitados pela mediação com os atributos de caracterização dos entrevistados visados nos restantes núcleos do guião: perfil social (escolaridade, classe própria e/ou de origem, estrutura familiar), trajectória (familiar, escolar, residencial), sociabilidades (círculos de

2 Esta pesquisa insere-se num projecto de doutoramento com o título, ainda provisório, *A Comunicação Mediática no Redefinir de Fronteiras e Identidades Culturais*, apoiado pela FCT e orientado pelo Professor Doutor Paquete de Oliveira.

3 O guião deu a primazia aos entrevistados para abordar livremente os tópicos de mediação por si considerados mais relevantes, mas também incluiu a abordagem sistemática de alguns casos, trazidos à discussão através de recortes de imprensa, e que foram pré-seleccionados de acordo com a sua potencial relevância para o problema da pesquisa. Deste lote faziam parte, por exemplo, o "caso da CREL" que envolveu a actriz Lídia Franco (Julho de 2000), os concursos televisivos em que participaram descendentes de cabo-verdianos (durante o ano de 2003) e a mediação de atletas de ascendência cabo-verdiana que representam Portugal. A selecção destes tópicos atendeu, também, ao padrão de representações mediáticas apontado aos "africanos" em Portugal (Cunha e outros, 2002; Cunha, 2003), assim como se apoiou em dados de entrevistas efectuadas na fase exploratória da pesquisa.

amizade, relações amorosas, redes de parentesco, vizinhança) e representações (auto-identidade, descrição de categorias sociais). O objectivo de interpretar os discursos à luz de parâmetros de género e escolaridade orientou, aliás, a selecção dos entrevistados de modo a assegurar um número equilibrado de entrevistados (i) de ambos os sexos e (ii) de graus de instrução abaixo e acima do ensino secundário completo. De forma menos sistemática, procurou-se também diversificar os entrevistados segundo vários contextos urbanos da área metropolitana de Lisboa, nomeadamente a residência em bairros degradados, em bairros de realojamento e em áreas urbanas “comuns”.⁴ Foi estimado em vinte o número de entrevistas em que uma análise qualitativa dos conteúdos, inviável perante um conjunto muito maior de indivíduos, seria compatível com a avaliação de determinados perfis sociais, cujo cruzamento não caberia, por sua vez, num número excessivamente limitado de entrevistados. As vinte entrevistas, conduzidas pelo próprio investigador e gravadas em suporte áudio, foram efectuadas durante o ano de 2004.

Discursos, categorias e mediação

A política, em sentido lato, não se resume às instituições formais de decisão e governação. Diz igualmente respeito, por exemplo, aos fenómenos que implicam o poder cultural, ou seja, a capacidade de definir o sentido das coisas. As representações sociais e a sua organização em estruturas coerentes, a que Foucault chamou discursos, são uma forma de poder tão mais eficiente quanto mais invisibilizada nas próprias classificações (Ruddock, 2001: 151). A identidade nacional e a ideologia nacionalista são, nesse sentido, discursos subtilmente cultivados na banalidade no dia-a-dia, com o desempenho central dos média (Billig, 1995). A racialização é outro discurso, que categoriza os indivíduos em função da cor e se apoia em fronteiras cuja arbitrariedade acabou por se transformar em senso comum através de significados culturais de longa duração. O racismo evidencia, por fim, que essa categorização não é inócua e que a construção de categorias implica uma hierarquia, neste caso com origem em relações coloniais de desigualdade (Vala, Brito e Lopes, 1999). Desta forma, as categorias colectivas também são símbolos, ou seja, estão associadas a significados sociais. É através da comunicação que as categorias e os seus significados se tornam representações sociais e é no campo comunicacional que determinados grupos asseguram a reprodução das “representações hegemónicas” e outros apresentam “representações sociais polémicas” em períodos de potencial mudança cultural (Vala, 2002: 462). Os média são, portanto, chamados quando se trata de política cultural, ou seja, de uma definição da realidade significante envolvendo questões de poder.

A experiência quotidiana é hoje preenchida por objectos mediáticos que incorporamos na conversação e no lazer, ao mesmo tempo que o próprio conjunto dos média funciona de forma intertextual, continuamente cruzando referências.

4 A angariação dos entrevistados começou por três ou quatro jovens de perfis e contextos diferentes, indicados por informadores com quem se estabeleceram relações de proximidade, desenvolvendo-se a partir daí através de contactos sucessivamente solicitados aos próprios entrevistados.

Neste contexto, a recepção é errante e estimula o estudo dos média a ir além dos textos, dado a sucessão de materiais mediáticos alimentar de forma intermitente a reflexividade dos sujeitos em temas como o lugar dos descendentes de imigrantes na sociedade portuguesa.

Esta concepção ecológica e ritual da comunicação (Carey, 1989) salienta a criação de sentidos colectivos, onde é central o conceito de representação. As representações são dinâmicas e construtivas, sendo que representar um grupo envolve um retorno ao seu sentido, nem sempre a ideia de ritual implicando o consenso social e permitindo ver também a comunicação como processo onde se *luta* pela definição da realidade (Carey, 1989 e 1998). O ritual inclui períodos *liminares* em que os sujeitos estão em estados de passagem, sem estatuto definido, proporcionando momentos onde é possível redefinir, no espaço mediático, o sentido das próprias categorias sociais.

A “comunidade” cabo-verdiana

A instalação de cabo-verdianos em Portugal, iniciada na década de 1960, envolveu diversas vagas que originaram grupos com perfis específicos (Saint-Maurice, 1997; Associação Cabo-verdiana, 1999), mas o grosso dos imigrantes corresponde a fileiras laborais e concentrou-se em bairros degradados que se desenvolveram nos anos 70, sobretudo nos concelhos da Amadora e de Oeiras. Esta situação advém da sub-remuneração no mercado de trabalho, que resulta da substituição de mão-de-obra portuguesa por outra ainda pior remunerada (Pires, 2003). A precariedade socioeconómica, a forte componente familiar e a formação de redes de entreajuda levaram à constituição de algumas áreas residenciais maioritariamente habitadas por cabo-verdianos e seus descendentes. Só uma parte destas populações tem sido realojada em bairros de habitação social desde a década de 1990.⁵ Por sua vez, as trajetórias socioprofissionais mostram que, após cerca de duas décadas de permanência em Portugal, os imigrantes laborais oriundos de Cabo Verde apresentam uma muito limitada mobilidade social ascendente, tendendo a manter-se, portanto, a baixa condição socioeconómica das famílias (Machado e Abranches, 2005).

Este cenário tem sido propício à reprodução de traços culturais cabo-verdianos, como o uso do crioulo, mas também à criação de um calão urbano híbrido que constitui um dos exemplos da complexa matriz cultural dos descendentes. Vários estudos têm mostrado que o conceito de comunidade tende a camuflar uma realidade menos unitária e que os grupos “étnicos” apresentam significativas descontinuidades sociológicas e identitárias, nomeadamente cortes geracionais (Contador, 2001; Machado, 2002).

5 O Alto da Damaia e o Bairro 6 de Maio, no concelho da Amadora, são exemplos de áreas degradadas que continuam a existir e que possuem uma alta percentagem de cabo-verdianos e seus descendentes (Bastos e Bastos, 1999). O Alto de Santa Catarina, no concelho de Oeiras, que tinha características semelhantes, é um dos casos em que a população foi realojada nos anos 90, tendo o bairro sido demolido.

Outros cortes são introduzidos pelos factores residenciais e escolares. Se os jovens dos “bairros cabo-verdianos”, sobrepondo sociabilidades familiares, de amizade e de vizinhança, criam uma grande densidade de relações intracomunitárias (Machado, 2002: 230), já os jovens de outras zonas ou com percursos escolares prolongados, possuem redes de sociabilidade mais diversificadas. Dado que os cabo-verdianos são, entre as populações oriundas dos PALOP, os que apresentam mais contrastes sociais com a média portuguesa, e sobretudo lisboeta, a origem de classe popular da maioria dos seus jovens tem condicionado fortemente as prestações escolares, mas isso não impede que uma parte considerável — 19% — venha atingindo o ensino superior (Machado, Matias e Leal, 2005).

Um aspecto interessante nos cabo-verdianos é a diversidade do seu fenótipo, que vai do mais ambíguo até ao protótipo “negro”, sendo este numeroso em Portugal devido à principal fileira migratória partir de Santiago, a mais “africana” das ilhas de Cabo Verde. Esta diversidade permite conduzir uma pesquisa sem partir dos pressupostos da racialização, esperando que a sua maior ou menor importância se manifeste durante a investigação, tendo em conta que na sociedade portuguesa, como noutros países europeus, o racismo tem passado de flagrante a subtil (Vala, Brito e Lopes, 1999). Isto significa que a expressão pública de preconceitos raciais é hoje socialmente condenada, mas que estes se mantêm activos em vários domínios das relações sociais.

É face a este dado cultural e aos traços globalmente desfavoráveis que caracterizam a sua inserção social, que os jovens de origem cabo-verdiana lidam com os temas do reconhecimento, da inclusão ou da resistência na sociedade portuguesa, podendo as suas trajectórias ser perspectivadas através de um conceito não normativo de integração que admite as modalidades de assimilação e de etnicização (Pires, 2003). A primeira consiste na inclusão em instituições, contextos e redes sociais já existentes, ainda que provocando-lhes modificações. A segunda, na formação de instâncias cujo traço definidor é uma pertença colectiva ligada à ideia de ascendência, constituindo segmentos específicos da sociedade.

As representações mediáticas

O campo de estudos que se dedica à relação entre os média e as minorias é dominado pelas pesquisas sobre as representações dos imigrantes e de outros grupos. Estas pesquisas apontam para o predomínio de um padrão que, numa variedade de países, tende a condenar as minorias à invisibilidade ou a estereótipos depreciativos (Gross, 1998: 89). No entanto, os estudos feitos em Portugal indicam que o quadro é mais complexo e que as representações são diferenciadas consoante as minorias. As análises às notícias de imprensa e televisão mostram que há perfis distintos, por exemplo, para os europeus de leste e os africanos, estando estes maioritariamente associados a temas de violência, crime e racismo, e tendendo-se a apresentar os descendentes como sujeito colectivo e sem voz activa (Cunha e outros, 2002; Cunha, 2003). Também a análise quantitativa da imprensa indica a delinquência como a temática mais associada aos imigrantes e às

“minorias étnicas”, genericamente considerados (Cádima e Figueiredo, 2003; Cunha e outros, 2004).

Recentemente, o jornalismo português tem reduzido as caracterizações raciais e parece interiorizar a ideia de que os descendentes de africanos são cidadãos portugueses, notando-se crescentes “boas práticas” na imprensa (Cunha, 2002). Porém, alguns média também se adaptaram ao paradigma do racismo subtil, na medida em que, mesmo não nomeando a “raça”, promovem uma amálgama entre a existência de problemas e a origem africana (Cunha, 2003). Assim, apoiando-se num lastro construído por anos de racialização estigmatizadora e jogando com imagens e associações implícitas, os média diminuem as referências à “raça” sem deixar de proporcionar informações racializantes.

Outra vertente dos estudos sobre média e migrações são as representações das minorias nos géneros não noticiosos. Por exemplo, uma análise das personagens “étnicas” na ficção televisiva francesa e britânica sugere que a presença banal das minorias nas televisões nacionais é importante para a reconversão da nação a uma identidade mais plural e para um auto-reconhecimento inclusivo dos próprios sujeitos minoritários (Hargreaves, 1997).

Existem, ainda, outros aspectos abordados neste campo de estudos, mas que não têm relação directa com a problemática deste texto, embora também sejam enquadráveis na luta pela representação de que fala Stuart Hall. É o caso dos média ditos “comunitários”, “étnicos” ou “minoritários”, dentro do cenário de pluralização mediática que tem decorrido durante as últimas décadas na Europa, em cujas metrópoles proliferam hoje órgãos ligados a diásporas, dos canais de televisão transnacionais às rádios locais. Em Portugal não existem órgãos de razoável difusão emanados dos grupos de imigrantes, mantendo-se limitadas as suas possibilidade de auto-representação mediática, que o estado português acaba por enquadrar nos seus canais “África”.

Finalmente, existe um campo de pesquisas sobre a influência das imagens mediáticas das minorias nas atitudes das audiências, salientando-se aqui os trabalhos de Van Dijk sobre as representações da raça. Estes estudos, filiados na análise crítica do discurso, tentam identificar de que forma a estrutura discursiva contribui para a formação de representações sociais. Van Dijk (1994) sugere que as representações sociais actuam de forma circular porque os modelos dominantes se reflectem nas notícias e, ao mesmo tempo, facilitam as leituras concordantes com esses modelos por parte das audiências. Assim, numa sociedade com preconceitos racistas, o discurso da imprensa pode contribuir para a reprodução do racismo. Mas como os textos não possuem sentidos fechados, só os estudos de recepção podem esclarecer que significados são activados, por exemplo, entre os membros das minorias. Uma abordagem mais específica é o chamado estudo das audiências, onde, mais do que a recepção dos textos em si mesma, o interesse recai sobre a sua incorporação nas práticas e nos discursos de um grupo social. É neste campo que a presente pesquisa se situa.

Discursos sobre os média: crime e preconceito

O material empírico em que se baseia este artigo indica claramente que os descendentes de cabo-verdianos em Portugal associam a sua representação nos média a uma imagem fortemente negativa no género noticioso. Imagem essa que é polarizada por episódios de delinquência, grupos de jovens do sexo masculino e bairros apresentados como perigosos nos subúrbios de Lisboa.

Estas representações adquirem para os entrevistados uma tão grande relevância que frequentemente submergem a memória de tudo o resto. No entanto, reconhecer uma ligação mediática entre a delinquência e os descendentes de cabo-verdianos não significa uma leitura plana do assunto. Na discussão das representações mediáticas os jovens constroem activamente sentidos utilizando um leque de recursos discursivos, nomeadamente o manejo de papéis semânticos activo e passivo, os comentários ao tema e a articulação entre modos de interpretação referenciais e metadiscursivos.

As notícias sobre os jovens negros nos média europeus seguem um padrão geral de discurso que distribui os papéis semânticos de forma marcadamente desigual, reservando a figura activa, de agentes responsáveis, para as situações negativas e utilizando a figura passiva, de não responsáveis, em eventos positivos (Van Dijk, 1997: 129). Ao comentar a mediação da delinquência, os descendentes de cabo-verdianos em Portugal invertem com frequência essas posições semânticas, referindo-se à categoria dos jovens “africanos” não como sujeito, mas como objecto: de notícias, de procedimentos jornalísticos enviesados ou de preconceitos. Esta atitude discursiva indica resistência à forma como um sujeito social é posicionado por um outro discurso, neste caso o dos média (Coyle, 2000: 259).

O *discurso de resistência* pode ser simplesmente um não reconhecimento da realidade mediada e uma contestação à sua percepção estigmatizadora, com argumentos qualificadores da “comunidade” ou relativizadores do cenário de delinquência:

Os cabo-verdianos não são todos assim (...) também são pessoas trabalhadoras. Construíram muito do que é hoje Portugal.
[Fernando, 27 anos, trabalhador-estudante, ensino superior]⁶

Abre o *Correio da Manhã* e 90% do que ali vem são brancos. (...) assaltaram uma carrinha de valores (...) e mataram um agente da polícia judiciária.
[Orlando, 29 anos, pequeno empresário da construção, ensino básico]

Mas pode também ser um *discurso crítico dos média*, que já não se limita a discutir a realidade em si, num modo referencial de interpretação, e que acciona uma leitura das narrativas mediáticas como construções, desenvolvendo um metadiscurso acerca dos discursos jornalísticos.

6 A caracterização escolar aqui usada refere-se ao nível de ensino *atingido*.

Quando acontece alguma coisa dizem logo, os moradores da Cova da Moura. Só que não é bem isso, o verdadeiro morador é aquele que sai cedo e entra tarde.

[Manuela, 28 anos, auxiliar em hospital, ensino básico]

Quando acontece uma coisa boa com um cabo-verdiano nunca vi um noticiário abrir. E um puto cabo-verdiano assalta uma velha e no outro dia é capaz de abrir o telejornal.

[Juca, 28 anos, padeiro, ensino básico]

Quando há 180 polícias que foram a tribunal por corrupção, vem ali num quadradi-nho, lá no meio da página. E o negro, que assaltou uma bomba de gasolina e roubou 100 euros, é na página da frente. Gang perigoso!

[Orlando, 29 anos, pequeno empresário da construção, ensino básico]

Neste caso, a estrutura semântica do noticiário sobre a criminalidade é lida como uma combinação de jornalismo sensacionalista e de perspectiva nacionalista dos média. As notícias são, assim, vistas como discursos que tendem a generalizar quando falam de imigrantes ou “étnicos” e cuja regra é colocá-los nas manchetes apenas em casos negativos, construindo um quadro desproporcionado da sua participação no crime.

Existe, por fim, um *discurso crítico da sociedade*, constituído por linhas de interpretação referencial que colocam a delinquência dentro de um contexto, dando-lhe um enquadramento explicativo. Estes comentários salientam as más condições sociais, o desacompanhamento familiar, o insucesso escolar, a desocupação, a falta de oportunidades de emprego, a precariedade económica e o tráfico de droga.

As crianças acabam por desistir (...) nem têm a escolaridade obrigatória, mas ainda não têm 16 ou 18 anos para trabalhar, o que é que eles fazem durante esse tempo?

[Juliana, 23 anos, trabalhadora-estudante, ensino superior]

Não há (...) incentivos que apoiem os jovens a encontrar um futuro (...). E depois, não há trabalho, não há dinheiro, o que é que tem de se fazer? Ou roubas ou vende droga.

[Cássio, 22 anos, desempregado, ensino secundário]

Em contraste com as atitudes de crítica e resistência, existe um *discurso regulador* que responsabiliza quem pratica os delitos, acusando-os de desperdiçar oportunidades e de manchar a imagem dos outros. Num nível mais elaborado, este discurso ataca tanto os delinquentes como os discursos que os alijam de responsabilidades. Sendo reflexiva em relação aos discursos que circulam na “comunidade”, a emergência desta linha discursiva em alguns jovens com elevada escolaridade pode prenunciar um debate interno face à relativização e à contextualização dos delitos, que hoje parecem ser as formas dominantes de conduzir o discurso sobre a imagem negativa nos média.

Ele diz sempre a mesma coisa, diz sempre que a culpa do nosso estado ser este é da sociedade. Mas (...) se nós não fizermos nada, como é que queremos que a tal sociedade

no aceite? (...) Eu acho extraordinário! Quando a nossa mãe se levanta às cinco da manhã, nós roubamos ténis de 17 contos porque precisamos?

[Joana, 24 anos, estudante do ensino superior]

Quando aparece a dificuldade é mais fácil tu fazeres-te vítima e justificares a merda que tu fazes por seres mesmo uma vítima da sociedade. (...) Eu digo aos gajos: de onde é que tu vieste? Se calhar a tua barraca era melhor que a minha, man!

[João, 27 anos, funcionário do ministério da justiça, ensino superior]

A intertextualidade que liga narrativas mediáticas e interações quotidianas (Hunt, 1997) revela-se central no trabalho interpretativo. É aí que se ancoram aspectos fundamentais da reflexividade das minorias, nomeadamente a forma como a maioria interpreta as suas representações mediáticas. Se a mediatização da delinquência adquire tanta importância para os descendentes de cabo-verdianos é porque estes lhe atribuem um profundo impacto na forma como o português médio os representa.

Cada vez que vejo uma notícia sobre os negros, os cabo-verdianos, eles são maus. Na volta eles são mesmo maus. Ah é? Epá, vou-me afastar deles! Estes cabo-verdianos só fazem mal! Vai marcando...

[Juca, 28 anos, padeiro, ensino básico]

A TVI começou a fazer isso pra ganhar audiência (...) E depois, pois, foram aqueles rapazes, juntam-se com os negros. Foram os negros que vieram desencaminhar. (...) Basta andar de comboio pra ouvir.

[Orlando, 29 anos, pequeno empresário da construção, ensino básico]

Neste sentido, é praticamente consensual entre os entrevistados que os média têm alimentado preconceitos em relação aos jovens de origem africana. Os média são acusados de não distinguir uma realidade multifacetada, apagando vários segmentos da população de origem cabo-verdiana e afunilando a sua representação em torno da delinquência, de uma forma que consideram promover a sua estigmatização como ameaça social. Frequentemente, os jornalistas são vistos como indivíduos alheios à "comunidade" e sem vontade real de conhecê-la. Com este quadro interpretativo, a maioria dos jovens encara os média nacionais como instituições que lhes enviam sinais de rejeição semelhantes aos que identificam noutros sectores da sociedade portuguesa. A relação dos descendentes de cabo-verdianos com os média tende assim a contribuir para uma desidentificação política com as instituições nacionais.

Os comentários sobre a imagem mediática são também discursos acerca dos problemas da comunidade e sobre como superá-los e, portanto, correspondem a atitudes políticas distintas. Note-se que os vários discursos são multifuncionais e não incongruentes entre si, constituindo repertórios interpretativos que podem ser articulados por um mesmo indivíduo em níveis diferentes (Fairclough, 1999). Assim, alguns jovens articulam o discurso regulador com enunciados críticos e desejos de mudança, no que pode ser uma estratégia de se credibilizar e aceder ao

diálogo com outros sectores da sociedade. Reforçando a ideia de que as orientações dos descendentes de africanos em Portugal não assentam em “estratégias puras” (Vala e outros, 2003: 212), também os discursos acerca da mediatização não se caracterizam por uma compartimentação linear entre críticos e reguladores, mas sim por diferentes combinações discursivas. Quando a componente crítica é frágil, o discurso regulador aproxima-se da apologia do mérito individual, ilibando as desigualdades e as barreiras sociais. Quando o discurso crítico se cristaliza no protesto, favorece elementos de descrença e de autocomplacência contrários à cidadania.

Categorias e identidades: cabo-verdianos, portugueses e a racialização

As representações sociais reduzem a complexidade do mundo através de operações de classificação. No entanto, esse processo envolve sempre questões de poder e é uma questão política, dadas as desiguais capacidades de classificar (Eriksen, 2002).

O uso das categorias colectivas nos média não é, pois, uma prática inócua de esquematização da realidade. Por vezes o poder simbólico (Bourdieu, 2001) é de tal forma eficaz que se torna irreconhecível, mas em certos contextos as classificações podem ser vistas como arbitrárias e assim tornarem-se alvo de críticas metadiscursivas. Neste caso, as críticas à forma como os média classificam os descendentes de cabo-verdianos são activadas quando os jovens identificam uma manipulação nacionalista. Esta manipulação é sentida por uma minoria com escolaridade elevada e que se mostra capaz de contrapor à imagem negativa um outro tipo de referências, em geral figuras do desporto e da música.

A Sara Tavares (...) e o Nuno Delgado (...) são... os portugueses. Tudo bem, não há problema. O interessante é ver que uma pessoa que nasceu cá em Portugal, que cometeu um crime é... o cabo-verdiano.

[Joana, 24 anos, estudante do ensino superior]

Quando é pelo lado positivo és sempre luso qualquer coisa. (...) Quando é uma cena negativa, o cabo-verdiano fez aquilo. Tá a fazer um povo! É esquisito.

[João, 27 anos, funcionário do Ministério da Justiça, ensino superior]

Estes enunciados não são apenas reacções contra a estigmatização da identidade cabo-verdiana. Indicam também que estes jovens disputam o direito colectivo a ser reconhecidos como portugueses em todas as circunstâncias. Mas na maioria dos entrevistados o que suscita reacção é apenas a representação negativa e *não a classificação como cabo-verdianos*, passando despercebido o uso nacionalista das categorias nos média. Esta renúncia à discussão das classificações tende a dar-se nos jovens que não assumem uma auto-identificação como portugueses.

A identidade é aqui vista como um conceito que articula cultura e política (Gilroy, 1996), onde a produção de significados de pertença e de alteridade se liga a

estratégias de posicionamento dos sujeitos e de luta por recursos sociais. Mas, embora as identidades sejam múltiplas e dinâmicas, consistindo em “repertórios de sentido” (Hall, 1996), as filiações dos indivíduos não são livres de constrangimentos porque implicam sempre o reconhecimento pelos outros (Esteves, 1999). Assim, o maior poder para marcar as diferenças significantes reside nas ideologias e nas instituições produtoras de representações culturais, como os média.

Nos descendentes de cabo-verdianos em Portugal, uma auto-identificação forte com a cabo-verdianidade ou a africanidade, além de alimentada por contextos que favorecem alguns contrastes sociais e culturais (Machado, 2002), pode também ocultar uma dificuldade de escolher. Essa dificuldade deve-se a estruturas de classificação hegemónicas que, ao activarem a racialização, condicionam o reconhecimento pelos outros, ou pelo menos a ideia de que os outros não os reconhecem (Vala e outros, 2003: 96), e assim constroem a conciliação das facetas portuguesa e africana numa mesma identidade. Este constrangimento inibe a luta pela definição das categorias, sugerindo que o problema com as identidades não reside na escolha, mas sim na necessidade de elas serem reconhecidas publicamente (Silveirinha, 2004: 11).

A racialização, que actua como um subtexto sempre latente, é o que muitas vezes conduz os jovens de origem cabo-verdiana à leitura das suas representações nos média. O impacto não depende de a referência ser a cabo-verdianos, africanos ou negros, que são facetas múltiplas e facilmente conciliáveis das suas identidades. Mas o uso das várias fórmulas identitárias durante a entrevista revela um padrão predominante que associa cada categoria a determinados contextos e significados. O maior significado político está nos padrões tendencialmente diferentes no uso das categorias “africana” e “negra”. O “africano” é frequente como categoria de auto-inclusão e como categorizador de sinal positivo, em situações potencialmente valorizadoras de que são exemplos a produção cultural, a participação televisiva ou os êxitos desportivos. Por contraste, as categorias “negro” e “preto” tendem a emergir por referência a contextos de tensão, oposição ou discriminação e em comentários que interpretam o olhar do português médio. A discussão acerca de concursos televisivos em que participaram descendentes de cabo-verdianos fornece um exemplo desta lógica, quando o mesmo jovem alterna os termos consoante a significação envolvida:⁷

Foi uma grande lição de moral (...) porque ninguém estava à espera que a *negra* ganhasse. Fiquei bastante contente (...) também por ser *africana*.
Tinha chances de ir mais longe, mas não foi, se calhar por causa disso... Mais *um preto* não.
[Miguel, 23 anos, trabalhador-estudante, ensino secundário]

A relevância política está em os descendentes de cabo-verdianos interpretarem que as barreiras à igualdade não se devem a atributos culturais diferenciadores, mas

7 Trata-se dos concursos de talentos musicais *Operação Triunfo*, exibido pela RTP1 entre Fevereiro e Maio de 2003 e ganho por uma descendente de cabo-verdianos, e *Ídolos*, cuja primeira edição, exibida pela SIC no final do mesmo ano, eliminou cinco jovens de ascendência africana já na fase final. Em ambos os programas a votação era feita pelo público através de telefone.

sim à diferença simbólica que o fenótipo transporta na sociedade portuguesa. É ao negro, mesmo se português, que se dirigem os mecanismos de discriminação que identificam. “Os negros” e “os africanos” são como duas identidades politicamente distintas, sendo que a primeira envolve condições de desvantagem face aos portugueses brancos e algum grau de desconfiança e tensão.

Consequentemente, as atitudes políticas serão potencialmente diferentes consoante os jovens se apoiem ou não na ideia de negritude. Embora a africanidade também surja, por vezes, como forma de dicotomia racial face ao branco ou ao português, a afirmação da identidade “negra” corresponde a um pendor mais afirmativo que envolve um discurso frontal de denúncia da discriminação e do racismo. O entrevistado cujo discurso se centra mais sobre a categoria “negra” é paradigmático nessa atitude:

O Ídolos, acho que foi a maior prova de racismo em Portugal!

Nas novelas, não vês lá negros, é mais mulatos! Mulatinhos. Quase brancos. (...) Porque os negros não têm a porta aberta.

Já viu a percentagem de música negra que passa no canal francês MCM? Nos canais portugueses, o que é preto não passa. Não passa!

[Orlando, 29 anos, pequeno empresário da construção, ensino básico]

A identidade “negra” não é obrigatoriamente exterior à ideia de pertença a Portugal. No caso deste jovem corresponde a uma consciência política desenvolvida, que tende a encarar os direitos dos cidadãos negros como uma questão colectiva dentro da sociedade portuguesa. O que pode comparar-se a uma espécie de etnicidade à norte-americana, patente aliás no recurso que faz a exemplos do universo mediático americano, com as suas instituições “negras”, que “mostra que nos Estados Unidos o *black* já tem poder”. O desenvolvimento desta atitude política corresponderia a um processo de etnicização afirmativa em Portugal, com uma identidade portuguesa negra como estratégia de luta por recursos sociais e ancorada na ideia de que um negro será sempre um cidadão diferente aos olhos do português branco.

Note-se que outra característica das identidades é serem situacionais, o que significa que os indivíduos accionam diferentes facetas identitárias conforme os momentos, os locais e os interlocutores. Isto sucede perante os diversos objectos mediáticos e não deixa de acontecer também durante uma entrevista de pesquisa. Daí que as categorias utilizadas na interacção com o investigador possam ser vistas como sinais da relação política que estes jovens estão dispostos a empreender na sociedade portuguesa.

A preferência maioritária pelo uso do termo “africano” durante as entrevistas assume, assim, determinado significado. Mesmo quando “africano” é um eufemismo para a cor da pele não deixa de representar uma escolha que coloca a relação social num plano de negociação mais suave do que sucede quando o alicerce do discurso é o “negro” e toda a sua carga simbólica. Isto significa que, no contexto português, a racialização dificilmente é apagada mas pode ser gerida estrategicamente. Neste cenário, a categoria “cabo-verdiano” tem pouco significado político, porque não é a origem nacional que está no cerne da relação de reconhecimento. A

cabo-verdianidade é recuperada sobretudo como recurso cultural valorizador ou em situações que apelam à sua saliência ou à distinção entre “africanos”.

O poder simbólico da racialização volta a manifestar-se quando alguns entrevistados sentem cada delincente “africano” como uma situação que os atinge pessoalmente:

Eu até fico envergonhada com as coisas que vejo.

[Lurdes, 25 anos, funcionária de supermercado, ensino básico]

Tal atitude incorpora o mecanismo generalizador do discurso racista, que não vê o indivíduo como tal mas como representante da raça. Isto demonstra a força das classificações hegemónicas e evidencia que um “assaltante negro” não é uma descrição física, mas simboliza uma categoria colectiva, implicando potencialmente todos os seus membros. Muitos entrevistados consideram que a racialização do crime deve ser evitada nos média, mas fazem-no por temer a criação de estereótipos e não por contestarem a pertinência das categorias raciais. O comum é argumentarem que em todas as “raças” há delitos, sendo raro desconstruírem o nexo entre a acção individual e a categoria colectiva.

Barreiras, margens e expectativas

O caso dos concursos televisivos é o exemplo mais visível de como os textos mediáticos podem convocar como chave interpretativa a ideia de sociedade semeada de obstáculos para os jovens de origem africana. A tese discriminatória está muitas vezes presente ou implícita nas reflexões impulsionadas pelos média, constituindo um discurso pelo qual se constrói a ideia de sujeito colectivo em posição de desvantagem, o que mostra como os discursos da recepção mediática se vinculam às políticas de identidade. Este discurso é variado e complexo, podendo ser suscitado por uma diversidade de objectos como as figuras “africanas” na televisão e no desporto, a ficção portuguesa, as produções brasileiras e norte-americanas e os géneros musicais.

As telenovelas nacionais, ao contrário das brasileiras, despertam pouco interesse e estão fora dos consumos habituais destes jovens, mas alguns deles referem a escassez de personagens negras e o seu baixo estatuto social. A questão parece suficientemente relevante para ter sido interiorizada e, mesmo que não se baseie numa observação rigorosa, é usada como recurso discursivo que confirma a ideia de marginalização na sociedade portuguesa, podendo tornar-se assim um argumento político. Este é, porém, um aspecto secundário nos discursos, dado que, face ao impacto das notícias sobre a representação social dos jovens “africanos”, a importância das telenovelas é minimizada. Tal secundarização revela, contudo, implicações políticas, ao aceitar implicitamente que os jovens negros não sejam representados como parte da sociedade portuguesa nas suas facetas rotineiras. Esta aceitação pactua com o seu encerramento simbólico dentro das identidades “africanas”, em detrimento de uma representação social multifacetada, capaz de visibilizar outras

dimensões identitárias — a profissional, a sexual ou a geracional — e de contrariar a absolutização da “raça”.

A faceta racializada das suas identidades no contexto português volta a sobressair quando o tema é o acesso e a representatividade no sistema mediático, onde se recoloca a questão das oportunidades e discriminações *enquanto* “africanos”. Os jovens pouco escolarizados tendem, neste caso, para um discurso de lamentação que volta a sugerir a existência de barreiras e rejeições por parte da sociedade portuguesa.

Há um jornalista (...) muito bom (...) e aparece muito pouco, muito pouco mesmo. Eu acho que, se calhar, trabalham e não aparecem... Não têm essa sorte de aparecer.
[Lurdes, 25 anos, funcionária de supermercado, ensino básico]

O Zona Jota foi um bom começo. (...) Não sei porque é que não continuaram com esse tipo de filme, a juntarem jovens africanos.
[Nelson, 21 anos, funcionário de associação, ensino secundário]

Entre os mais escolarizados surgem discursos pró-ativos, que sugerem embriões de reivindicação dentro das instituições nacionais ou maior investimento nos média “étnicos”, duas tendências que, não sendo incompatíveis, apontam em sentidos diferentes quanto ao modelo de integração na sociedade portuguesa.

Eu até acho que, em termos da própria comunicação social, devia haver um, um rosto, não digo mais cabo-verdiano, mas mais representativo. Acho que ia promover uma maior identificação e ia reflectir que o país em si quer mudar.
[Carlos, 24 anos, trabalhador-estudante, ensino superior]

Não sou muito pessimista. Acho que com tempo... Agora, tem que se dar é espaço.
[Juliana, 23 anos, trabalhadora-estudante, ensino superior]

Na RTP África (...) devia haver tipo Ídolos ou Operação Triunfo, mas africano. Valia a pena, porque nós temos aqui potenciais bem grandes (...) só que não têm apoios.
[Conceição, 30 anos, economista]

A representação mediática do Portugal trivial e quotidiano, na ficção e noutros programas televisivos, é para os jovens mais um sinal de que vivem nas margens da identidade que o país imagina para si próprio. Para a maior parte isso não é encarado como surpreendente ou injusto, mas quase como natural. No entanto, o desejo de reconhecimento parece despertar consciências nos que alcançam maiores qualificações escolares. Ainda que estes sejam hoje mais expectantes do que reivindicativos, se o sucesso escolar aumentar o número de indivíduos mobilizáveis, pode imaginar-se a formação de um movimento disposto a reclamar participação. O que parece por definir é se prevalecerá a aposta em instituições e movimentos etnicizados ou a procura de lugar dentro das instituições nacionais. A atitude perante o acesso e a representação mediáticas pode ilustrar uma atitude política mais geral

que jogará o seu papel no modelo de integração que a sociedade portuguesa prosseguir.

Notas conclusivas

Há duas linhas de dimensão política reveladas na apropriação dos média nacionais pelos jovens de origem cabo-verdiana. Uma identifica lógicas de estigmatização e contesta-as; a outra revê barreiras e discriminações vislumbradas na experiência quotidiana. A primeira linha é política no sentido em que disputa o sentido das representações dominantes nos média. A segunda é-o porque corresponde a uma crítica da sociedade portuguesa e contém um desejo de transformação.

Mas se os discursos face aos média mostram um sentido agudo da discriminação e da estigmatização, o contraste dá-se na débil percepção das zonas de invisibilização dos negros portugueses. O seu apagamento nas representações do país banal não é sentido como uma exclusão, apesar de com ele os média reproduzirem uma imagética da identidade nacional que contribui para manter o lugar excêntrico do negro.

A constância do discurso sobre a discriminação entre os entrevistados sugere que ele possa ter uma circulação efectiva e constituir uma ideologia colectiva, apoiada na densidade das redes sociais entre jovens de origem cabo-verdiana e outros descendentes de africanos. Se assim for, tal discurso poderá ser o embrião de uma declaração política, até hoje não dita, mas que é potencialmente interlocutora da sociedade portuguesa no futuro.

A pobreza ou a guetização dos imigrantes costumam ser atribuídas pelo discurso nacional a dificuldades de adaptação, diferenças culturais ou baixas qualificações, o que coloca sobre os próprios imigrantes o ónus da sua precariedade. Mas se os filhos dos africanos em Portugal apontarem publicamente a existência de obstáculos ligados à racialização, produzirão um enunciado político que enfrenta o mito nacional da capacidade de miscigenação e da inexistência de racismo. Este mito, desenvolvido pelo regime de Salazar mas prolongado pelos actores políticos da democracia (Carvalhais, 2004), não é um aspecto lateral da identidade portuguesa, mas sim um dos traços estruturais com que os portugueses imaginam a sua singularidade face a outros povos da Europa (Vala, Brito e Lopes, 1999). A denúncia pública e colectiva do que é percebido como preconceitos e discriminações de base racial teria, neste quadro, um impacto político muito provável.

O retrato dos discursos prevalecentes no conjunto de entrevistados será o dado com maior significado político a extrair desta pesquisa, mas uma análise mais fina revela facetas internas que contrariam uma ideia monolítica dos jovens “africanos”. Essa pluralidade não é esquemática e os perfis sociais não surgem nitidamente separados por discursos diferentes, mas há algumas tendências.

[a] O discurso sobre as barreiras está muito menos presente nos entrevistados exteriores aos “bairros”, cujos círculos de sociabilidade são mais amplos, o que põe a hipótese de as representações negativas da sociedade portuguesa se atenuarem

fora dos pontos mais densos da sua circulação. Estes jovens, com mais oportunidades e escolaridade tendencialmente mais alta, distinguem-se de outros jovens qualificados por veicularem um discurso onde a ideia de marginalização social atenua ou supera a de discriminação racial.

[b] O uso aberto do discurso da raça como base de desigualdades e alavanca de protesto encontra-se entre entrevistados de sexo masculino sem escolaridade elevada. O perfil social corresponde, neste caso, ao jovem estereotipado, que mais percebe o estigma nos média e no olhar dos outros e que mais recorre à experiência pessoal para apontar preconceitos que estreitam as suas oportunidades. As interpretações da sociedade portuguesa apresentam aqui um paralelo com a linguagem do *rap* virado para a denúncia do racismo. A voz do *rapper* NBC no tema *Pela Arte* (Para a maioria somos vistos como pretos sem cabeça / querem-nos exterminar como se fôssemos a doença fatal) parece ecoar em certas frases:

Nós aqui em Portugal somos tratados como uma peste.

[Cássio, 22 anos, desempregado, ensino secundário]

Um africano também tem ideias, como um branco, tem pensamentos.

[Nelson, 21 anos, funcionário de associação, ensino secundário]

A polícia portuguesa (...) parece estar preparada pra dar cabo do povo negro.

[Orlando, 29 anos, pequeno empresário da construção, ensino básico]

Outro jovem pega no tema *Cabo Verde nu bai*, da autoria de Chullage, e comenta:

Voltamos pra Cabo Verde outra vez, pra fazer tudo (...) o que não fazemos aqui, vamos fazer lá.

[Miguel, 23 anos, trabalhador-estudante, ensino secundário]

Sendo o discurso mais afirmativo no apontar de injustiças, o protesto tende a ser, nestes jovens, uma política defensiva que imagina mais facilmente projectos de emigração do que de acção pela transformação social.

[c] Entre as jovens pouco qualificadas há discursos de “segunda geração”, no sentido em que prolongam simbolicamente o estatuto de imigrante, aproximando-se do perfil conformista perante um país que não vêem como completamente seu. Assumem que há preconceitos, mas mitigam as críticas à sociedade portuguesa. A sua política é fazer pela vida dentro dos quadros sociais que interiorizaram estar ao seu alcance. Por vezes, o discurso da raça aproxima-se das generalizações que condenam nos portugueses e da própria linguagem racista sobre os “africanos”. A dualidade deste discurso sugere uma combinação das representações hegemónicas em Portugal com as representações da discriminação racial que circulam nos bairros “cabo-verdianos”.

[d] Os jovens oriundos de bairros degradados e com estudos superiores possuem o maior potencial político, pela vontade de agir, pelas posições ao seu alcance no associativismo e pelo discurso reflexivo e elaborado sobre a sociedade. Este discurso assume a existência de discriminação mas constrói uma estratégia de não confronto. A música *rap* pode continuar presente, mas assume uma faceta política diferente da anterior, como bem exprime um destes jovens, ele próprio um *rapper*:

Do meu ponto de vista, acho que não vale a pena estares a extremizar, *ei fuck the system* e não sei quê. (...) se calhar mais vale abordares o tema de outra maneira, de forma que possa entrar em todos os meios, porque causa mais impacto.

[João, 27 anos, funcionário do ministério da justiça, ensino superior]

Este tipo de entrevistados interpreta a natureza subtil do racismo e opta por combatê-lo sem a linguagem da raça nem a vitimização dos negros em Portugal. Pode propor a autocrítica da “comunidade” e leva a luta para o terreno do reconhecimento cultural e da valorização das representações sociais. Nalguns casos, é capaz de relativizar fronteiras identitárias e propor para o país uma nova matriz simbólica, mais cosmopolita e mais mestiça.

A conjugação entre o poder simbólico da racialização e o actual contexto social e residencial das populações de origem africana em Portugal não favorece as identidades híbridas, em que é fácil reconhecer indivíduos multifacetados. Se é um facto que os descendentes são culturalmente compósitos (Contador, 2001), a dificuldade do seu reconhecimento no seio da portugalidade faz com que assumir o lado português requeira um empenhamento político, no sentido de discutir as classificações hegemónicas tanto entre os portugueses como entre os cabo-verdianos. Esta pesquisa sugere que os jovens que o assumem têm-no feito através da gestão das identidades individuais, alicerçados em percursos de sucesso. Mas a dimensão colectiva do reconhecimento requererá novas representações sociais que não dispensam o espaço mediático.

Referências bibliográficas

- Associação Cabo-verdiana de Lisboa (1999), *Cabo-verdianos: Sociedade e Trabalho — Estudo sobre os Recursos Humanos da Comunidade Cabo-verdiana da AML*, Lisboa, Associação Cabo-verdiana/IEFP (CD-ROM).
- Bastos, José Gabriel Pereira, e Susana Pereira Bastos (1999), *Portugal Multicultural*, Lisboa, Fim de Século.
- Billig, Michael (1995), *Banal Nationalism*, Londres, Sage.
- Bourdieu, Pierre (2001), *O Poder Simbólico*, Miraflores, Difel.
- Cádima, Rui, e Alexandra Figueiredo (2003), *Representações (Imagens) dos Imigrantes e das Minorias Étnicas nos Media*, Lisboa, Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Carey, James W. (1989), *Communication as Culture*, Nova Iorque, Routledge.

- Carey, James W. (1998), "Political ritual on television", em Tamar Liebes e James Curran (orgs.), *Media, Ritual and Identity*, Londres/Nova Iorque, Routledge, pp. 42-70.
- Carvalho, Isabel (2004), "Political integration of 'Lusophone' non-national citizens in Portugal: perceptions of key political actors", *Portuguese Journal of Social Sciences*, 2 (3), pp. 133-148.
- Contador, António C. (2001), *Cultura Juvenil Negra em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Coyle, Adrian (2000), "Discourse analysis", em Glynis M. Breakwell, Sean Hammond e Chris Fife-Schaw (orgs.), *Research Methods in Psychology*, Londres, Routledge, pp. 251-268.
- Cunha, Isabel Ferin (2002), "Imigração e racismo: 10 anos nos média", em *A Imigração em Portugal*, Lisboa, SOS Racismo, pp. 406-425.
- Cunha, Isabel Ferin (2003), "Imagens da imigração em Portugal", *Media & Jornalismo*, 2, pp. 71-87.
- Cunha, Isabel Ferin (coord.), Verónica Policarpo, Teresa Líbano Monteiro, e Rita Figueiras (2002), "Media e discriminação: um estudo exploratório do caso português", *Observatório*, 5, pp. 27-38.
- Cunha, Isabel Ferin, Clara Ferreira de Almeida, Maria João Silveirinha, e Ana Teresa Peixinho (2004), *Media, Imigração e Minorias Étnicas*, Lisboa, Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Edley, Nigel (2001), "Analysing masculinity: interpretative repertoires, ideological dilemmas and subject positions", em Margaret Wetherell, Stephanie Taylor e Simon J. Yates, *Discourse as Data*, Londres/Milton Keynes, Sage/Open University, pp. 189-228.
- Eriksen, Thomas Hylland (2002), *Ethnicity and Nationalism*, Londres, Pluto Press.
- Esteves, João Pissarra (1999), "Os media e a questão da identidade: sobre as leituras pós-modernas do fim do sujeito", em *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação* (<http://www.bocc.ubi.pt>).
- Fairclough, Norman (1999), "Linguistic and intertextual analysis within discourse analysis", em Adam Jaworski e Nicholas Coupland (orgs.), *The Discourse Reader*, Londres, Routledge, pp. 183-211.
- Fairclough, Norman (2001), "The discourse of new labour: critical discourse analysis", em Margaret Wetherell, Stephanie Taylor e Simon J. Yates, *Discourse as Data*, Londres/Milton Keynes, Sage/Open University.
- Fradique, Teresa (2002), *Fixar o Movimento: Representações da Música Rap em Portugal*, Lisboa, Dom Quixote.
- Gilroy, Paul (1996), "British cultural studies and the pitfalls of identity", em James Curran, David Morley e Valerie Walkerdine (orgs.), *Cultural Studies and Communications*, Londres, Arnold, pp. 35-49.
- Gross, Larry (1998), "Minorities, majorities and the media", em Tamar Liebes e James Curran (orgs.), *Media, Ritual and Identity*, Londres/Nova Iorque, Routledge, pp. 87-102.
- Hall, Stuart (1991), "The local and global: globalization and ethnicity", em Anthony King (org.), *Culture, Globalization and the World System*, Londres, MacMillan, pp. 19-39.
- Hall, Stuart (1996), "Introduction: who needs 'identity'?", em Stuart Hall e Paul du Gay (orgs.), *Questions of Cultural Identity*, Londres, Sage, pp. 1-17.

- Hargreaves, Alec (1997), "Les minorités ethniques dans les émissions de fiction et d'humour en France et en Grande-Bretagne", *Migrations*, 13, pp. 26-30.
- Hunt, Darnell M. (1997), *Screening the Los Angeles "Riots": Race, Seeing and Resistance*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Machado, Fernando Luís (1994), "Luso-africanos em Portugal: nas margens da etnicidade", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 16, pp. 111-134.
- Machado, Fernando Luís (2002), *Contrastes e Continuidades: Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Machado, Fernando Luís, Ana Raquel Matias, e Sofia Leal (2005), "Desigualdades sociais e diferenças culturais: os resultados escolares dos filhos de imigrantes africanos", *Análise Social*, XL (176), pp. 695-714.
- Machado, Fernando Luís, e Maria Abranches (2005), "Caminhos limitados de integração social: Trajectórias socioprofissionais de cabo-verdianos e hindus em Portugal", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 48, pp. 67-89.
- Milikowski, Marisca (2000), "Exploring a model of de-ethnicization: the case of Turkish television in the Netherlands", *European Journal of Communication*, 15 (4), pp. 443-468.
- Pais, José Machado (2004), "Introdução", em José Machado Pais e Leila Maria Blass, *Tribos Urbanas: Produção Artística e Identidades*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 11-22.
- Pedro, Emília Ribeiro (1997), "Análise crítica do discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos", em Emília Ribeiro Pedro (org.), *Análise Crítica do Discurso*, Lisboa, Caminho, pp. 19-46.
- Pires, Rui Pena (2003), *Migrações e Integração*, Oeiras, Celta Editora.
- Ruddock, Andy (2001), *Understanding Audiences*, Londres, Sage.
- Saint-Maurice, Ana (1997), *Identidades Reconstruídas: Cabo-verdianos em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Silveirinha, Maria João (2004), *Identidades, Media e Política: O Espaço Comunicacional nas Democracias Liberais*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Taylor, Stephanie (2001), "Locating and conducting discourse analytic research", em Margaret Wetherell, Stephanie Taylor e Simon J. Yates, *Discourse as Data*, Londres/Milton Keynes, Sage/Open University, pp. 5-48.
- Vala, Jorge (2002), "Representações sociais e psicologia social do conhecimento quotidiano", em Jorge Vala e Maria Benedita Monteiro (orgs.), *Psicologia Social*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 457-502.
- Vala, Jorge, Rodrigo Brito, e Diniz Lopes (1999), *Expressões dos Racismos em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Vala, Jorge (org.), Vítor Sérgio Ferreira, Marcus Eugêneo Lima, e Diniz Lopes (2003), *Simetrias e Identidades: Jovens Negros em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Van Dijk, Teun A. (1994), "Discourse and cognition in society", em David Crowley e David Mitchell, *Communications Theory Today*, Cambridge, Polity Press, pp. 107-126.
- Van Dijk, Teun A. (1997), "Semântica do discurso e ideologia", em Emília Ribeiro Pedro (org.), *Análise Crítica do Discurso*, Lisboa, Caminho, pp. 105-168.

José Ricardo Carvalheiro. Investigador do LabCom/UBI. Bolseiro de doutoramento da FCT. *E-mail*: zericcar@hotmail.com

Resumo/Abstract/Résumé/Resumen

Da representação mediática à recepção política: discursos de uma minoria

Os descendentes de cabo-verdianos formam o primeiro grupo de origem imigrante com grande número de adultos nascidos em Portugal. São, por isso, particularmente significativos os seus discursos sobre reconhecimento, inclusão ou resistência na sociedade portuguesa, sendo a recepção mediática um terreno propício à enunciação destas questões. Baseado em entrevistas acerca das suas representações nos média, este texto examina os discursos de jovens de ascendência cabo-verdiana e as suas implicações políticas, em articulação com o tema da identidade e tendo em conta que a recepção dos média é, ela própria, mediada por contextos socioculturais.

Palavras-chave recepção mediática, políticas de identidade, etnicidade, racialização.

From media representation to political reception: minority discourses

The descendants of Cape Verdeans make up the first group of migrant origin having a large number of adults born in Portugal. Thus their discourses on recognition, inclusion or resistance in Portuguese society are particularly significant, and media reception provides a field for the enunciation of such issues. Based on interviews about their representation in the media, this text examines discourses of youngsters of Cape Verdean descent and their political implications, linking them with identity questions and conceiving media reception as being itself mediated by social and cultural contexts.

Key-words media reception, identity politics, ethnicity, racialization

De la représentation médiatique à la réception politique: discours d'une minorité

Les descendants de Capverdiens sont le premier groupe issu de l'immigration qui compte grand nombre d'adultes nés au Portugal. Leurs discours sur la reconnaissance, l'insertion ou la résistance sont donc particulièrement significatifs et la réception médiatique constitue un terrain propice à l'approche de ces questions. Basé sur des entretiens autour de leurs représentations dans les médias, ce texte analyse les discours de jeunes d'origine capverdienne et leurs implications politiques, en articulation avec le concept d'identité et en tenant compte que la réception des médias est elle-même influencée par les contextes socioculturels.

Mots-clés réception médiatique, politique d'identité, ethnicité, racialisation.

Representación mediática y recepción política: discursos de una minoría

Los hijos de caboverdeanos forman el primer grupo de origen inmigrante con un gran número de adultos nacidos en Portugal. Sus discursos acerca del reconocimiento, la inclusión o la resistencia en la sociedad portuguesa son, por lo tanto, muy significativos, y la recepción mediática es un campo favorable a la discusión de estas cuestiones. Basado en entrevistas sobre sus representaciones en los medios de comunicación, este texto analiza los discursos de jóvenes de ascendencia caboverdeana y respectivas implicaciones políticas, articulando el análisis con el concepto de identidad y teniendo en cuenta que la recepción mediática es, en simultáneo, mediada por contextos socio-culturales.

Palabras-clave recepción mediática, políticas de identidad, etnias, mezclas raciales.93